

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO Nº 105/15/IE

PROCESSO: 13.575/2007
INTERESSADO: Votorantim Cimentos S/A – Unidade Itapeva
ASSUNTO: Ampliação da Mina Lavrinhas para extração de calcário e dolomito
MUNICÍPIO: Itapeva

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da Súmula do Parecer Técnico nº 105/15/IE elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação da Mina Lavrinhas para extração de calcário e dolomito (Processos DNPM nº 5.638/1940 e 821.172/1986), sob responsabilidade da empresa Votorantim Cimentos S/A.

A ampliação da atividade minerária tem como objetivo o fornecimento de matéria-prima para produção de cal para a construção civil.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da ampliação de cava existente de 23,99 ha para 101,5 ha, com aprofundamento de 40 metros, correspondendo a uma reserva lavrável total de 59.634.245 m³, com uma vida útil estimada de 100 anos.

Prevê-se a produção de 1.140.000 t/ano de calcário e dolomito para a Mina Lavrinhas, com geração total de 4.987.119 m³ de estéril, que será armazenado em área de 27,41 ha, e 116.265 m³ de solo orgânico, que será armazenado em área de 3,8 ha próxima ao depósito de estéril. A infraestrutura de apoio e de beneficiamento já se encontra instalada. Para a operação de lavra será necessário um quadro de 24 funcionários.

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Foi apresentada a certidão da Prefeitura Municipal de Itapeva, que demonstra a conformidade do empreendimento com as diretrizes de uso e ocupação do solo.

Os documentos referentes ao Departamento Nacional de Produção Mineral comprovam o direito minerário dos Processos DNPM nº 5.638/1940 e 821.172/1986 em nome da empresa Votorantim Cimentos S/A.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos ao meio ambiente decorrentes da ampliação e operação do empreendimento, bem como as principais medidas de mitigação e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e pela CETESB são as que seguem.

- **Expectativa da População quanto à Ampliação do Empreendimento**

De acordo com a Pesquisa de Percepção apresentada, as principais preocupações da população referem-se aos impactos associados às detonações e vibração, poluição do ar e da água, desmatamento e trânsito de caminhões. Para a LI deverá ser apresentado um Programa de Comunicação e Participação Social detalhado, contemplando esclarecimentos à população sobre as medidas ambientais adotadas para os problemas apontados na Pesquisa de Percepção Ambiental e sobre os empregos a serem ofertados.

- **Interferências no Sistema Viário**

Não está previsto aumento do tráfego de veículos para o transporte de matéria prima, produtos acabados e funcionários. No entanto, considerando as condições de uso de algumas vias utilizadas pelo empreendimento, deverá ser implementado um Programa de Controle de Tráfego de Veículos, contendo proposta de parcerias com a Prefeitura Municipal e com o DER/SP para apoio e manutenção do sistema viário.

- **Interferências no Patrimônio Arqueológico**

O Relatório do Diagnóstico Arqueológico realizado nas áreas de ampliação não indicou a existência de vestígios e/ou sítios arqueológicos na área do empreendimento, e foi aprovado pelo IPHAN para esta fase de licenciamento. Para a emissão da LI deverá ser apresentada manifestação do IPHAN sobre o

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 105/15/IE

relatório final do Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas e Sistemáticas realizado na AID do empreendimento.

- **Perda da Cobertura Vegetal e Interferências em Áreas de Preservação Permanente**

Será necessária a supressão de 7,87 ha em estágio inicial e 9,91 ha em estágio médio de regeneração de Floresta Estacional Semidecidual. Para mitigação dos potenciais impactos deverão ser implementados os Programas de Acompanhamento de Supressão de Vegetação, de Compensação Florestal, de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente.

- **Impactos sobre Unidades de Conservação**

De acordo com o EIA, na Área de Influência Indireta (AII) está inserida a Estação Ecológica de Itapeva, Unidade de Conservação de Proteção Integral, distante 22 km do empreendimento. Considerando a localização do empreendimento e suas áreas de influência, não são esperados impactos sobre as Unidades de Conservação ou suas Zonas de Amortecimento.

- **Impactos sobre Comunidades Faunísticas**

Dentre as espécies de fauna registradas na AID, dez constam da lista de espécies ameaçadas de extinção, sendo cinco espécies de aves e cinco espécies de mamíferos. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna, além do Programa de Resgate e Salvamento de Fauna, para a fase de supressão de vegetação nativa, visando mitigar e monitorar eventuais interferências do empreendimento sobre a fauna nativa.

- **Desencadeamento de Processos Erosivos e Assoreamento**

Para mitigar a ocorrência de processos de erosão e de assoreamento na área do empreendimento, foi solicitado, para a LI, o detalhamento do Programa de Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento, incorporando algumas medidas às já adotadas atualmente pela mineradora.

- **Intervenção no Patrimônio Espeleológico**

De acordo com o estudo de levantamento do patrimônio espeleológico, foram identificadas feições cársticas e duas pequenas cavidades em frentes de lavra desativadas situadas na área do empreendimento, as quais foram classificadas como de baixa relevância. Para a continuidade do licenciamento deverá ser implementado um Programa de Monitoramento e Resgate Espeleológico.

- **Intervenção no Patrimônio Paleontológico**

O DNPM manifestou-se sobre o estudo de avaliação do potencial paleontológico realizado na área das Poligonais DNPM nº 5.638/1940 e 821.172/1986. Para a LI foi solicitada a implementação de um Programa de Salvamento Paleontológico, além da autorização do DNPM, conforme prevê o Decreto-Lei nº 4.146/42 e Portaria DNPM 542/2014. Também foi proposto pelo empreendedor o apoio institucional para a criação do Monumento Natural Estromatólitos de Nova Campina.

- **Alteração no Fluxo das Águas Subterrâneas**

O estudo hidrogeológico apresentado indicou que o cone de rebaixamento que será formado devido ao bombeamento da água da cava tem influência apenas local, não devendo ultrapassar os limites da empresa ou causar interferência no fluxo subterrâneo no entorno do empreendimento. Foi solicitada, para a LI, a apresentação de um Programa de Monitoramento do Nível das Águas Subterrâneas.

- **Impactos sobre os Recursos Hídricos Superficiais**

Para mitigar eventuais interferências na qualidade dos recursos hídricos decorrentes da ampliação e operação do empreendimento, deverão ser implementadas medidas de controle e um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais.

- **Geração de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos**

Além do estéril, serão gerados resíduos como papel, plásticos, borrachas, sucatas metálicas, resíduos oleosos e efluentes do sistema de drenagem e de surgências nas cavas, tornando-se necessária sua gestão adequada. Para tanto, foi solicitado para a LI o detalhamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, além de relatório comprovando a eficiência do sistema de tratamento de efluentes domésticos.

- **Alteração da Qualidade do Ar e Geração de Ruídos e Vibrações**

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 105/15/IE

Tratam-se de impactos associados às atividades de lavra, beneficiamento e transporte, decorrentes da emissão de gases provenientes de motores à combustão e material particulado, além de ruídos e vibrações associados ao desmonte de rocha. Estudos realizados indicam o atendimento ao padrão de emissão. Foi solicitado, para a LI, um Programa de Controle e Monitoramento de Emissões Atmosféricas, Ruídos e Vibrações.

5. PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

Com a desativação do empreendimento, será necessária a adoção de ações inseridas em um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, tendo como objetivo tornar a área estável, em condições apropriadas para um uso futuro. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Plano de Desativação, contemplando as medidas finais de reconformação topográfica e revegetação e a desmobilização das estruturas de apoio.

6. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei 9985/2000, sendo condicionante para a emissão da LI a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070 de 15/01/2014. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

7. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 105/15/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação da atividade de extração de calcário e dolomito, sob responsabilidade da Votorantim Cimentos S/A, no município de Itapeva.

São Paulo, 13 de abril de 2015

(Original Devidamente Assinado)

Ana Cristina Pasini da Costa
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretora